

編號：第 724/2016 號 (刑事上訴案)

主上訴人：A

從屬上訴人：B 保險有限公司

日期：2018 年 4 月 19 日

主要法律問題：

- 非財產損害賠償
- 長期無能力之財產損害賠償
- 收益損失賠償

摘 要

1. 經綜合衡量已證事實中種種相關情節，尤其是上訴人在 6 個月治療後仍留有長期腰背疼痛的後遺症，遭受 15% 的永久傷殘，考慮這種種令上訴人所遭受的傷害、痛苦及不便，並由此而引起的不適及恐懼，根據《民法典》第 489 條第 1 款及第 3 款的規定，本院認為原審法院對被害人所遭受的精神損害定出澳門幣二十萬圓的賠償金略低、應該定為澳門幣三十五萬圓較為適合。

2. 是次交通意外使民事聲請人從 2015 年 5 月 6 日至 2019 年 12 月 22 日(共 4 年 7 個月 16 日，即 1666 日)減少了 15% 的工作能力，期間的薪金損失應為澳門幣 199,920.00 元。(澳門幣 800.00 元 X 1666 日 X 15%)，而由於一次性收取，則作一折算，並以該金額的 80% 計算，為澳門幣 159,936 圓。

然而，由於被害人沒有就這部分賠償提出上訴，本院維持原審法院

訂定長期部分無能力賠償澳門幣 139,776 圓。

3. 原審法院根據卷宗所附文件，尤其是第 223 頁被害人僱主的聲明，以及相關證人證言而認定被害人的薪金及因傷而損失的工資金額，有關認定並沒有任何錯誤。

本案中，由於有充足的事實支持有關的工資損失，原審法院判處相關的賠償並沒有任何錯誤。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 724/2016 號 (刑事上訴案)

主上訴人：A

從屬上訴人：B 保險有限公司

日期：2018 年 4 月 19 日

一、 案情敘述

於 2016 年 5 月 20 日，民事賠償被請求人 B 保險有限公司在初級法院刑事法庭第 CR2-15-0149-PCC 號卷宗內，就民事請求人 A(受害人)提出之民事賠償請求方面，被判處支付予民事請求人 A 澳門幣 200,000.00 元作為精神損害賠償、澳門幣 190,212.00 元作為財產損害賠償及澳門幣 139,776.00 元作為長期部分無能力損害賠償，即合共為澳門幣 529,988.00 元，包括由判決日起計直至完全支付之法定利息。

上訴案卷之嫌犯 C 被判處觸犯一項《刑法典》第 142 條第 3 款結合第 3/2007 號法律《道路交通法》第 93 條第 1 款所規定及處罰之過失嚴重傷害身體完整性罪，被判處 240 日罰金，每日罰金以澳門幣 70.00 元計算，合共為澳門幣 16,800.00 元，如不繳付罰金又不以勞動代替則可被轉換為 160 日徒刑(《刑法典》第 47 條)。另外，嫌犯被判處禁止駕駛，為期 4 個月。

民事請求人 A(主上訴人)不服，向本院提起上訴，並提出下列上訴理

由（結論部分）：

關於非財產損害賠償之部份

1. 除了應有的尊重外，上訴人並不認同載於原審法院判決書第 11 頁之關於民事損害賠償請求人之非財產損害賠償為澳門幣 200,000.00 元之裁判。
2. 討論原審法院所作對上訴人之非財產損害賠償之裁判是否合適，就上訴人之身份背景而言，應以一般澳門居民的角度出發更為合理。
3. 截至澳門統計暨普查局最新公佈，澳門 2016 年第一季總體就業人口月工作收入中位數為澳門幣 15,000.00 元(見文件 1，此數據參照澳門統計暨普查局 2016 年第一季就業調查第 5-6 頁之內容)。
4. 而原審法院所裁判之澳門幣 200,000.00 元僅為上述中位數金額之約 13.3 倍。
5. 換言之，原審法院所裁判之非財產損害賠償僅為一名一般澳門居民 13.3 個月，亦即 1 年 2 個月的工作收入亦不足夠。
6. 根據原審法院判決書之獲證事實指出：“是次意外的唯一過錯方屬嫌犯，其行為必然及直接地導致民事聲請人受到創創傷。醫生檢查顯示民事聲請人 C4 右側胛骨壓痛，T10 壓痛、骹骨右側和右腎後面內側壓痛，椎體壓縮變扁，頸椎退變。民事聲請人入院後卧床休息制動、營養神經、補鈣、止痛等對症治療。於 2014 年 4 月 11 日出院，後於 2014 年 4 月 24 日及 2014 年 5 月 8 日回門診覆診，當時需繼續門診跟進治療。於 2014 年 4 月 9 日，根據民事聲請人在鏡湖醫院所作 MRI 檢查報告單之診斷意見顯示：1.第 12 胸椎輕度壓縮性骨折(陳舊

性)，椎體上緣 Schmorl's 結節形成；第 11 胸椎椎體及椎弓根骨髓挫傷；2.腰 5/骶 1 椎間盤輕度突出(後方略偏右)；3.腰椎退行性變伴椎間盤變性；4.腰 2、腰 3 椎體終板炎。

於 2014 年 6 月 5 日，鏡湖醫院針對民事聲請人胸椎 T12 椎體骨折作復查，醫院為其所作 X 光檢查報告單之診斷意見顯示：胸椎 T12 椎體輕度壓縮變扁，骨折線模糊。

根據法醫於 2014 年 7 月 1 日所作的鑑定，民事聲請人尚未痊癒，腰背段脊柱僵硬，脊柱側彎及屈、伸動作減弱，腰背部伴叩壓痛。其傷患特徵符合由鈍器或其類似物(交通意外)所致，若無任何合併症的話，估計共需 6 個月康復。亦或將留有長期腰背疼痛的後遺症，或間需接受對症藥物及物理治療。

2014 年 11 月 20 日鏡湖醫院對民事聲請人所作的 X 光檢查報告單之診斷意見顯示：1.頸椎退行性變；項韌帶局部鈣化；2.T12 壓縮程度與前相仿；3.胸椎輕度退行性變；腰椎輕度退行性變。

於 2014 年 11 月 27 日，鏡湖醫院門診部 XXX 醫生針對民事聲請人作評估，其仍有腰背痛，右下肢麻木，診斷為 T12 椎體壓縮骨折，評定其永久傷殘率為 15%。

意外發生時，民事聲請人的年齡為 59 歲。

是次交通意外對民事聲請人造成痛楚，直接影響其生活及情緒，對其健康及身心造成傷害。”

7. 尤其值得考慮的是，是次交通意外之發生，直接地令上訴人第 12 胸椎椎體壓縮性骨折及腰部挫傷，使其成為留有腰背疼痛後遺症的長期病患者。
8. 以及載於卷宗第 278 頁由澳門衛生局為第上訴人所作出之醫學會診鑑定書同樣指出的：“所有會診委員會之醫生一致同意被

鑑定人因 2014 年 04 月 08 日的一宗交通意外而導致其第 12 胸椎椎體壓縮性骨折及腰部挫傷，並留有脊柱僵硬及長期腰背疼痛的後遺症。所有會診委員會之醫生一致同意被鑑定人在醫學上應被視為已痊癒，並留有長期腰背疼痛的後遺症，其或間需接受對症藥物及物理治療。所有會診委員會之醫生一致同意被鑑定人因 2014 年 04 月 08 日的一宗交通意外導致的傷殘應評定為 15%【根據澳門現行法令八月十四日第 40/95/M 號附件之工作意外及職業病無能力評估表：第 13 條 a)項 3)所示-第 12 胸椎椎體壓縮性骨折(0.15)】。”

9. 明顯地，原審法院在判定對上訴人之非財產損害賠償時應該考量上述兩份醫學鑑定報告中關於上訴人因是次交通意外而被評定因第 12 胸椎椎體壓縮性骨折而出現長期腰背疼痛的後遺症，且上訴人之傷殘率為 15%此一損害事實。
10. 上述傷害將終生陪伴著上訴人，以上訴人發生交通意外時為 59 歲而言，根據一般澳門居民最高工作年齡為 65 歲及一般女性預期壽命為 85.5 歲(參見起訴狀附件 16，此數據參照澳門統計暨普查局 2011-2036 澳門人口預測第 11-12 頁之內容)，上訴人可以繼續工作 5 年 8 個月及生活 26 年 2 個月，亦即是說，本案所導致身體上的痛楚與心理上的惶恐將伴隨及困擾著上訴人繼續工作 5 年 8 個月及生活 26 年 2 個月。
11. 基於一般澳門居民的 4 年 6 個月的工作收入即約澳門幣捌拾萬圓根本不能與聲請人上述如此長年期傷患痛楚困擾相對稱，故此，聲請人認為作出非財產損害賠償為澳門幣捌拾萬圓之請求並不過份。
12. 故此，上訴人不能認同原審法院所作之非財產損害賠償之裁

判。

13. 另外，值得一提的是，現在澳門的通脹率正值高企，隨著年月的流逝，定額貨幣只能不斷地貶值。
14. 為著對應高企的通脹率，支付事物的價格亦相應提高，比如第 8/2011 號法令就將輕型機動車輛的民事責任保險的最低金額由澳門幣壹百萬元調升至澳門幣壹百伍拾萬元。
15. 在本案中，支付上訴人非財產損害賠償其中一個目的是補償上訴人以及使上訴人盡可能忘卻基於本案所受的嚴重傷害，而且“並留有脊柱僵硬及長期腰背疼痛的後遺症”以及有 15%的傷殘率是應獲得的證實，且這些傷害將困擾上訴人的餘生亦即如前所述的至少 20 至 30 多年，要面對長期的痛苦，所請求之非財產損害賠償僅為一名一般澳門居民 56 個月亦即 4 年 6 個月的工作收入亦未為過當。
16. 但從原審法院所裁判之非財產損害賠償僅為一名一般澳門居民 13.3 個月亦即 1 年 2 個月亦不足夠的工作收入而言，似乎原審法院針對上訴人的非財產損害賠償金額所作裁判並沒有考慮本澳的高企通脹率。
17. 因此，上訴人認為原審法院訂定為澳門幣 200,000.00 元的非財產損害賠償不符合《民法典》第 560 條之衡平原則之規定。
18. 考慮到上訴人所受的傷害程度及即將面對的通脹率，應改判上訴人獲得不低於澳門幣 800,000.00 元的非財產損害賠償。

綜上所述，請求中級法院法官閣下裁定本訴理由成立，並按澳門《刑事訴訟法典》規定，廢止初級法院合議庭裁判，以及判定被上訴人 B 保險有限公司賠償予上訴人 A 澳門幣 800,000.00 作為精神損害賠償、澳門幣 190,212.00 元作為財產損害賠償及澳門幣 139,776.00 元作為長期部分無能力

損害賠償，即合共為澳門幣 1,129,988.00 元。

並請求尊敬的中級法院法官閣下一如既往地作出公正裁決。

民事賠償被請求人 B 保險有限公司(從屬上訴人)不服，向本院提起從屬上訴，並提出了相關的上訴理由。¹

¹其結論葡文內容如下：

1. Vem o presente recurso subordinado interposto do douto Acórdão proferido pelo Tribunal Judicial de Base que condenou a Demandada Cível, ora Recorrente, no pagamento de uma indemnização à Demandante Cível A, na quantia global de MOP\$529,988.00 (quinhentas e vinte e nove mil novecentas e oitenta e oito patacas), sendo a título de indemnização pela perda de capacidade de ganho decorrente da Incapacidade Permanente Parcial (IPP) o montante de MOP\$139,776.00, pelos danos patrimoniais o montante de MOP\$190,212.00 (no qual se incluem o montante de MOP\$31,012.00 e o montante de MOP\$159,200.00, atribuídos, respectivamente, a título de compensação pelo prejuízo patrimonial efectivo e pelos lucros cessantes da Demandante Cível) e pelos danos não patrimoniais o montante de MOP\$200,000.0, acrescida de juros legais calculados desde a data da referida decisão judicial até efectivo e integral pagamento.
2. Entende a Recorrente que o montante indemnizatório de MOP\$139,776.00 atribuído pela perda da capacidade de ganho por incapacidade permanente parcial de 15% de que ficou a padecer a Recorrida, é desajustado, elevado e não está conforme com a factualidade provada nos presentes autos.
3. Ficou efectivamente provado que em virtude do acidente de viação em discussão nos presentes autos a Demandante Cível sofreu um conjunto de lesões, e que em consequência dessas lesões, mormente a fractura de compressão na 12ª vértebra torácica, a Demandante Cível ficou com sequelas das dores permanentes na cintura e nas costas, tendo-lhe sido por conseguinte atribuída pelo douto Tribunal a quo uma incapacidade permanente para o trabalho de 15%.
4. Mais se provou que na altura do acidente a Demandante Cível tinha 59 anos de idade e trabalhava como técnica de reparação de aparelhos de ar condicionado e que a Recorrida auferia um salário diário de MOP\$800,00.
5. Em face dos sobreditos factos provados, foi decidido pelo douto Tribunal a quo que pela IPP de 15%, durante o período compreendido entre 6 de Maio de 2015 e 22 de Dezembro de 2019, ou seja, até que a Recorrida atingisse a idade da reforma, seria de atribuir à Demandante Cível uma indemnização no valor de MOP\$139,776.00, calculada do seguinte modo: MOP\$800.00 x 26 dias x 56 meses x 15% x 0.8.
6. Ao assim decidir, salvo o devido respeito, o douto Tribunal a quo violou o preceituado no artigo 560.º, n.º 6 do Código Civil (“CC”), porquanto, relativamente aos rendimentos auferidos pela Demandante Cível aquando desse acidente, elemento essencial no cômputo da indemnização pela incapacidade permanente parcial, o único elemento que consta dos autos é uma declaração da entidade patronal da Demandante cível, de 18 de Abril de 2014, donde resulta que a Demandante Cível é trabalhadora dessa empresa e auferia um salário diário de MOP\$800.00.
7. Não consta dos autos nenhum outro elemento que prove mais do que o facto de que a

Demandante Cível trabalhava todos os dias do mês e que recebia um um salário mensal da sua Entidade Patronal.

8. Na verdade, a Demandante Cível não logrou juntar nenhuma prova quanto ao salário que efectivamente auferia aquando da infeliz ocorrência, quer seja um contrato de trabalho, um recibo de vencimento, a caderneta ou uma declaração do seu Banco a comprovar as eventuais transferências do salário, ou uma certidão emitida pela Direcção dos Serviços de Finanças a corroborar os seus alegados rendimentos mensais.
9. Razão pela qual não se compreende, salvo o devido respeito, como poderá o douto Tribunal o quo assumir que a Demandante Cível trabalhava ou trabalharia todos os dias do mês e que recebia ou receberia uma retribuição mensal fixa, e calcular a indemnização pela perda da capacidade de ganho por incapacidade permanente parcial no pressuposto que a mesma trabalhava ou trabalharia 26 dias por mês durante os 56 meses que compreendem o período de IPP, entre 6 de Maio de 2015 e 22 de Dezembro de 2019.
10. Se é verdade que o douto Tribunal o quo não está obrigado a seguir uma fórmula matemática exacta para calcular, no caso concreto, o montante da indemnização pela perda da capacidade de ganho por incapacidade permanente parcial, na da impede que a empregue dentro dos limites da equidade, não sendo de censurar que o douto Tribunal o quo tenha recorrido a uma operação matemática para apurar o montante indemnizatório pela perda da capacidade de ganho por incapacidade permanente parcial.
11. No entanto, salvo o devido respeito, é de censurar que se tenha circunscrito a esse cálculo aritmético tantas vezes usados na jurisprudência, pese embora não tivesse nos autos elementos suficientes que lhe permitissem adoptá-lo nesses termos, pois que, apenas com base no facto provado de que o salário diário da Recorrente era de MOP\$800,00, o douto Tribunal o quo entendeu erroneamente que a Demandante Cível trabalharia 26 dias por mês, durante os 56 meses que compreendem o período entre 6 de Maio de 2015 e 22 de Dezembro de 2019.
12. In casu, perante a factualidade efectivamente provada nos autos, salvo o devido respeito por opinião diversa, o quantum indemnizatório arbitrado pelo Tribunal a quo pela IPP de 15% da Demandante Cível afigura-se desajustado, excessivo e não equitativo, violando-se o disposto no n.º 6 do artigo 560.º do CC, devendo o valor arbitrado ser reduzido para um valor que coadune com os factos provados e com as regras de equidade que, consequentemente, estamos em crer não poder ultrapassar o montante de MOP\$75,600.00, correspondente a $MOP\$800,00 \times 15(\text{dias}) \times 56(\text{meses}) \times 15\% \times 0.75$.
13. Face ao exposto, a douda decisão recorrida incorre no vício de erro notório na apreciação da prova, plasmado no artigo 400.º, n.º 2 al. c) do CPP, o que determina a revogação da decisão e a sua substituição por uma outra que determine a redução do montante arbitrado pelo douto Tribunal a quo, a título de indemnização pela perda da capacidade de ganho por incapacidade permanente parcial para o montante de MOP\$75,600.00.
14. Foi decidido pelo douto Tribunal a quo que pelo lucro cessante, durante o período em que esteve em situação de incapacidade temporária absoluta (ITA) compreendido entre 8 de Abril e 27 de Novembro e 2014, seria de atribuir à Demandante Civil uma indemnização no valor de MOP\$159,200.00, calculada do seguinte modo: 6 meses e 19 dias x800 patacos/dia.
15. Sucede porém que, o douto Tribunal a quo uma vez mais assumiu erroneamente que a Demandante Cível trabalhava todos os dias do mês e que recebia uma retribuição mensal fixa, tendo calculado a indemnização pelos lucros cessantes que seria de atribuir à Demandante Cível no pressuposto que a mesma trabalharia todos os dias durante os 6 meses e 19 dias que compreendem o período de ITA, i.e., de 8 de Abril a 27 de Novembro

-
- e 2014,
16. Quando a única prova que existe nos autos relativamente aos rendimentos auferidos pela Demandante Cível aquando desse acidente, elemento essencial no cômputo da indemnização pelos lucros cessantes, repita-se, consiste numa declaração da sua entidade patronal a declarar que a Demandante Cível é trabalhadora dessa empresa e auferia salário diário de MOP\$800.00.
 17. Quanto a esta matéria, não foi alegada e nem provada matéria de facto que permitisse ao douto Tribunal a quo chegar a tal conclusão e era à Demandante Cível a quem cabia alegar e provar os factos sustentadores do direito a ser compensada pelos lucros cessantes decorrentes do acidente em causa nos presentes autos, e tendo a Demandante Cível falhado com esse ónus de alegação e prova, o douto Tribunal a quo não poderia ter suprido tal falta, o que, salvo devido respeito, acabou por fazer.
 18. Face ao exposto, a douda decisão recorrida incorre no vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, plasmado no artigo 400.º, n.º 2 al. a) do CPP, o que determina a revogação da decisão nesta parte, seguindo-se os ulteriores termos.
 19. Por fim, salvo o devido respeito, entende a ora Recorrente que o montante indemnizatório arbitrado pelo douto Tribunal a quo a título de danos não patrimoniais da Demandante Cível, no valor de MOP\$200,000.00, revela-se elevado, desadequado ao caso sub judice, nem se coaduna com os montantes que os Tribunais superiores da RAEM têm vindo a aplicar em situações semelhantes,
 20. O douto Tribunal a quo não teve em consideração todas as circunstâncias e particularidades do presente caso, mormente a idade da ora Recorrente, as lesões e as sequelas que esta efectivamente sofreu em consequência do acidente de viação em discussão nestes autos, como se pode concluir, aliás, através da factualidade dada como assente na decisão ora recorrida.
 21. No caso dos presentes autos, resulta da douda decisão recorrida que, em consequência das lesões provenientes do presente acidente de viação, especialmente por causa da fractura de compressão na 12ª vértebra torácica, a Recorrente ficou com sequelas das dores permanentes na cintura e nas costas, tendo-lhe sido, por conseguinte, atribuída uma incapacidade permanente para o trabalho de 15%, e uma Incapacidade temporária absoluta de 6 meses e 19 dias, e que na altura do acidente de viação a Recorrente já tinha 59 anos de idade, não lhe restando muitos mais anos de actividade laboral e a sua esperança média de vida é curta.
 22. Tais circunstâncias apuradas pela douda decisão ora posta em crise, e os respectivos bens jurídicos lesados, não se coadunam com o montante MOP\$200,000.00 arbitrado pelo douto Tribunal a quo a título de indemnização pelos danos não patrimoniais, bem assim não está conforme com os montantes que, para circunstâncias similares, a jurisprudência do foro de Macau tem adoptado, veja-se a propósito os seguintes Acórdãos: do Tribunal de Segunda Instância, no processo n.º 6/2005, de 03.02.2005, no Processo n.º 67/2003, de 24.04.2003; no processo n.º 692/2005, de 16.09.2010, no processo n.º 545/2008, de 26.02.2009.
 23. É entendimento pacífico na doutrina e na jurisprudência que a fixação da indemnização a título de danos não patrimoniais tem que ser efectuada equitativamente em face das circunstâncias dadas por assentes no texto da decisão recorrida, à luz dos critérios previstos nos artigos 487.º e 489.º, n.º 3 do Código Civil, tendo sempre em conta os valores correntes adoptados pela Jurisprudência.
 24. Pelo que, em face das circunstâncias dadas por assentes no texto da decisão proferida nos presentes autos, e à luz dos valores atribuídos pela jurisprudência dos Tribunais superiores

民事賠償被請求人 B 保險有限公司對民事請求人的上訴作出了答覆，並提出有關理據。²

da RAEM, ao arbitrar uma indemnização no montante de MOP\$200,000.00 a título de danos não patrimoniais, o douto Tribunal a quo fez errada interpretação e aplicação do disposto artigos 487.º e 489.º, n.º 3 do Código Civil, devendo por isso ser revogado esse quantum indemnizatório, que se revela desajustado, excessivo e não equitativo, e substituído por douta decisão desse venerando Tribunal que estabeleça uma indemnização a título de danos não patrimoniais em montante não superior a MOP\$140,000.00.

ASSIM SE FAZENDO, JUSTIÇA!

²其結論葡文內容如下：

1. Vem o Recurso a que ora se responde interposto do Acórdão proferido pelo Tribunal Judicial de Base que condenou a ora Recorrida no pagamento de uma indemnização à Requerente Civil, ora Recorrente, na quantia global de MOP\$529,988.00 (quinhentas e vinte e nove mil novecentas e oitenta e oito patacas), sendo a título de indemnização pela Incapacidade Permanente Parcial (IPP) o montante de MOP\$139,776.00, a título de danos patrimoniais no montante de MOP\$190,212.00 e pelos danos não patrimoniais o montante de MOP\$200,000.00, acrescida de juros legais calculados desde a data da referida decisão judicial até efectivo e integral pagamento, sendo que, o Recurso a que ora se responde cinge-se apenas ao montante arbitrado pelo douto Tribunal a quo a título de danos não patrimoniais, no montante de MOP\$200,000.00.
2. Sem prejuízo do que se dirá em sede de Motivações de Recurso Subsidiário que irá interpor a ora Recorrida, no que concerne aos cálculos efectuados pelo douto Tribunal a quo e que permitiram concluir pelo arbitramento do montante de MOP\$200,000.00 a título de indemnização por danos não patrimoniais, atento o disposto nos artigos 487.º, 488.º e 489.º do Código Civil, a factualidade provada e aos valores jurisprudenciais fixados para situações semelhantes, será de improceder o pedido da Recorrente.
3. O montante indemnizatório arbitrado pelo douto Tribunal a quo a título de danos não patrimoniais, revela-se equilibrado, adequado e ajustado ao caso sub judice, e coaduna-se com os montantes que os Tribunais superiores da RAEM têm vindo a aplicar em casos similares.
4. O douto Tribunal a quo teve em consideração todas as circunstâncias e particularidades do presente caso, mormente a idade da ora Recorrente, as lesões e as sequelas que esta efectivamente sofreu em consequência do acidente de viação em discussão nestes autos, como se pode concluir, aliás, através da factualidade dada como assente na decisão ora recorrida.
5. Resulta da douta decisão recorrida que, em consequência das lesões provenientes do presente acidente de viação, especialmente por causa da fractura de compressão na 12ª vértebra torácica, a Recorrente ficou com dores permanentes na cintura e nas costas, tendo-lhe sido por conseguinte atribuída uma incapacidade permanente para o trabalho de 15%.
6. Sendo que, e ao contrário do que parece fazer crer a Recorrente, todas essas dores e sequelas, bem assim a taxa de invalidez permanente de 15% que lhe foi atribuída, foram efectiva e devidamente ponderadas e valoradas pelo douto Tribunal a quo aquando do arbitramento do quantum indemnizatório pelos danos não patrimoniais sofridos pela Recorrente,

民事請求人 A 對民事賠償被請求人的從屬上訴作出了答覆，並提出下列理據（結論部分）：

1. 本案上訴人 B 保險股份有限公司提起從屬上訴，故此，本案原上訴人(A，以下簡稱為民事聲請人)根據《刑事訴訟法典》第

-
7. De igual modo foi considerado pelo douto Tribunal a quo a idade já avançada da Recorrente aquando do acidente de viação, i.e., 59 anos de idade, bem como o montante do seu rendimento diário, e, consequentemente, a circunstância de não lhe restar muitos mais anos de actividade laboral e da sua esperança média de vida ser curta, como bem afirma a Recorrente.
 8. Nesta conformidade, o montante ora peticionado pela Recorrente de MOP\$800,000.00, e a fórmula por este utilizada para alcançar tal montante, revela-se manifestamente excessivo e desadequado face às dores e sequelas que a Recorrente sofreu, bem assim a taxa de invalidez permanente atribuída de 15%.
 9. A título de danos não patrimoniais deve evitar-se, não só, a fixação de “montantes miserabilistas”, mas também se deve evitar “enriquecimentos ilegítimos ou injustificados”, enriquecimento que, salvo o devido respeito, certamente existirá se à Recorrente lhe for arbitrada uma indemnização no valor de MOP\$800.000.00, conforme ora peticiona, ou qualquer outro valor que seja superior à quantia arbitrada pelo douto Tribunal a quo.
 10. Em bom rigor, e conforme oportunamente se dirá em sede própria, a quantia arbitrada pelo douto Tribunal a quo no montante de MOP\$200.000.00 sempre pecará por excesso, nunca por defeito.
 11. O quantum indemnizatório arbitrado pelo Tribunal a quo coaduna-se com os montantes que têm vindo a ser arbitrados pelos Tribunais de recurso desta Região Administrativa Especial, desde já de invocando, porque representam um elemento essencial a ter em consideração no arbitramento da indemnização em causa, os seguintes Acórdãos do TSI, em que para danos semelhantes a quantia arbitrada foi também semelhante à dos presentes autos: Acórdão de 08.04.2010, no Processo n.º 28/2008, Acórdão do TSI de 24.04.2003, no Processo n.º 67/2003.
 12. Já o Tribunal de Última Instância, e para se aferir como é perfeitamente desadequado e excessivo o montante pretendido pela Recorrente, invocam-se os seguintes Acórdãos que só para compensação do dano morte atingiram ou em pouco ultrapassaram a MOP\$800,000.00: Acórdão de 27.06.2008, no Processo n.º15/2008, Acórdão de 11.03.2008, Processo n.º 6/2007; Acórdão de 21.01.2009, no Processo n.º 54/2008; Acórdão de 13.04.2016, no Processo n.º 86/2015 e Acórdão de 25.05.2011, no Processo n.º 15/2011.
 13. Pelo que, em face das circunstâncias dadas por assentes no texto da decisão proferida nos presentes autos, o quantum indemnizatório atribuído a título de danos não patrimoniais foi arbitrado equitativamente, à luz dos Critérios previstos nos artigos 487.º e 489.º, n.º 3 do Código Civil, bem assim da jurisprudência dos Tribunais superiores da RAEM, não merecendo por isso a decisão recorrida qualquer censura, sem O prejuízo do que se dirá em sede de Motivações de Recurso,
 14. Razão pela qual deverá improceder o recurso interposto pela ora Recorrente.
ASSIM SE FAZENDO, JUSTIÇA!

403 條作出從屬上訴的答覆。

I 民事聲請人作為長期部分無能力之財產損害賠償

2. 針對上訴人請求法庭調低民事聲請人作為長期部分無能力賠償至不高於澳門幣 75,600.00 元之上訴依據。
3. 除了應有的尊重外，民事聲請人不能認同上訴人之觀點。
4. 於 2014 年 11 月 27 日，鏡湖醫院門診評定民事聲請人因是次交通意外遭受 15%之永久傷殘率以及失去 15%之工作能力(參見附於起訴狀之附件 6，其內容在此視為全部轉錄)。
5. 是次交通意外直接引致民事聲請人第 12 胸椎椎體壓縮性骨折及腰部挫傷，使其成為留有腰背疼痛後遺症的長期病患者，以民事聲請人之身體狀況根本不能再從事冷氣機維修的工作。
6. 由於民事聲請人再沒有其他不須用體力工作之技能，是次交通意外使民事聲請人從提交本民事訴訟請求(即 2015 年 5 月 6 日)直至 2019 年 12 月 22 日(即民事聲請人滿 65 歲退休日)，根本無法一如未發生是次交通意外之前一樣工作。
7. 按照第 7/2008 號法律《勞動關係法》第 61 條第 2 款之規定，民事聲請人屬按日收取報酬的僱員，其薪金是包括享受週假的報酬。但不包括享受強制性假日、年假及因病或意外受傷缺勤的報酬，僱主要額外向作為僱員民事聲請人支付相應日數的報酬。
8. 而且，原審法院是根據判決書第 5-6 頁之獲證事實：“於 2014 年 11 月 27 日，鏡湖醫院門診部 XXX 醫生針對民事聲請人作評估，其仍有腰背痛，右下肢麻木，診斷為 T12 椎體壓縮骨折，評定其永久傷殘率為 15%。

意外發生時，民事聲請人於 XX 有限公司擔任冷氣機維修員，

日薪為澳門幣 800.00 元。

意外發生時，民事聲請人的年齡為 59 歲。

是次交通意外使民事聲請人從 2015 年 5 月 6 日至 2019 年 12 月 22 日減少了 15%的工作能力，期間的薪金損失合共澳門幣 139,776.00 元。(澳門幣 800.00 元 X26 日 X56 個月 X15% X0.8)”，以及聽取了證人證言及審閱了所有由民事聲請人所呈交的書證以後，原審法院才裁定予民事聲請人的長期部分無能力賠償為澳門幣 139,776.00 元。

9. 因此，民事聲請人認為原審法院裁定為澳門幣 139,776.00 元的作為長期部分無能力賠償符合《民法典》第 560 條之衡平原則之規定。
10. 基於此，民事聲請人認為被上訴之判決並沒有因違反澳門《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項之規定而沾有審查證據方面明顯有錯誤瑕疵。

II 關於民事聲請人收入損失之財產損害賠償

11. 除了應有的尊重外，民事聲請人同樣不能認同上訴人之觀點。
12. 於是次交通意外發生前，民事聲請人於 XX 有限公司擔任冷氣機維修員，日薪為澳門幣捌佰圓正(MOP\$800.00)(參見附於起訴狀之附件 13，在此視為完全轉錄)。
13. 民事聲請人一向是一個勤奮的員工，如果可以選擇的話，都不會缺勤。
14. 由於是次交通意外的發生，導致民事聲請人由 2014 年 04 月 08 日至 04 月 11 日住院，民事聲請人於出院後至 2014 年 11 月 27 日期間被醫生建議留在家中休息(參見附於起訴狀之附件 14，在此視為完全轉錄)，在上指期間內民事聲請人根本未能照常

上班。故此，是這次交通意外使其被迫停薪留職，不能上班。

15. 民事聲請人就職之 XX 有限公司亦發出一份證明指出民事聲請人自 2014 年 4 月 8 日至 2014 年 11 月 27 日因傷病沒有上班，在此期間該公司以民事聲請人作停職留薪處理(參見附於起訴狀之附件的，在此視為完全轉錄)。
16. 正如上述所說，按照第 7/2008 號法律《勞動關係法》第 61 條第 2 款之規定，民事聲請人屬按日收取報酬的僱員，其薪金是包括享受週假的報酬。但不包括享受強制性假日、年假及因病或意外受傷缺勤的報酬，僱主要額外向作為僱員民事聲請人支付相應日數的報酬。
17. 而原審法院是根據判決書第 5-6 頁之獲證事實指出：“依據法醫於 2014 年 7 月 1 日所作之鑑定，民事聲請人尚未痊癒，腰背段脊柱僵硬，脊柱側彎及屈、伸動作減弱，腰背部伴叩壓痛。其傷患特徵符合由鈍器或其類似物(交通意外)所致，若無任何合併症的話，估計共需 6 個月康復。亦或將留有長期腰背疼痛的後遺症，或間需接受對症藥物及物理治療。
意外發生時，民事聲請人於 XX 有限公司擔任冷氣機維修員，日薪為澳門幣 800.00 元。
是次交通意外使民事聲請人從 2014 年 4 月 8 日至 2014 年 11 月 27 日不能工作，因而期間喪失了澳門幣 159,200.00 元的元資。(6 個月 19 日 X 澳門幣 800 元/日)”以及聽取了證人證言及審閱了所有由民事聲請人所呈交的書證以後，原審法院才裁定予民事聲請人收入損失賠償為澳門幣 159,200.00 元。
18. 因此，民事聲請人認為原審法院裁定為澳門幣 159,200.00 元的收入損失賠償符合《民法典》第 560 條之衡平原則之規定。

19. 基於此，民事聲請人同樣認為被上訴之判決並沒有因違反澳門《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項之規定而沾有審查證據方面明顯有錯誤瑕疵。

III 關於民事聲請人之非財產損害賠償

20. 除了應有的尊重外，民事聲請人不能認同上訴人之觀點。
21. 討論原審法院所作對民事聲請人之非財產損害賠償之裁判是否合適，就民事聲請人之身份背景而言，應以一般澳門居民的角度出發更為合理。
22. 截至澳門統計暨普查局最新公佈，澳門 2016 年第一季總體就業人口月工作收入中位數為澳門幣 15,000.00 元(參見附於原上訴狀之文件 1，此數據參照澳門統計暨普查局 2016 年第一季就業調查第 5-6 頁之內容)。
23. 而原審法院所裁判之澳門幣 200,000.00 元僅為上述中位數金額之約 13.3 倍。換言之，原審法院所裁判之非財產損害賠償僅為一名一般澳門居民 13.3 個月，亦即 1 年 2 個月的工作收入亦不足夠。
24. 根據原審法院判決書第 4-6 頁之獲證事實指出：“是次意外的唯一過錯方屬嫌犯，其行為必然及直接地導致民事聲請人受到創創傷。

醫生檢查顯示民事聲請人 C4 右側胛骨壓痛，T10 壓痛、骹骨右側和右腎後面內側壓痛，椎體壓縮變扁，頸椎退變。

民事聲請人入院後予卧床休息制動、營養神經、補鈣、止痛等對症治療。於 2014 年 4 月 11 日出院，後於 2014 年 4 月 24 日及 2014 年 5 月 8 日回門診覆診，當時需繼續門診跟進治療。於 2014 年 4 月 9 日，根據民事聲請人在鏡湖醫院所作 MRI 檢

查報告單之診斷意見顯示：1.第 12 胸椎輕度壓縮性骨折(陳舊性)，椎體上緣 Schmorl's 結節形成；第 11 胸椎椎體及椎弓根骨髓挫傷；2.腰 5/骶 1 椎間盤輕度突出(後方略偏右)；3.腰椎退行性變伴椎間盤變性；4.腰 2、腰 3 椎體終板炎。

於 2014 年 6 月 5 日，鏡湖醫院針對民事聲請人胸椎 T12 椎體骨折作復查，醫院為其所作 X 光檢查報告單之診斷意見顯示：胸椎 T12 椎體輕度壓縮變扁，骨折線模糊。

根據法醫於 2014 年 7 月 1 日所作的鑑定，民事聲請人尚未痊癒，腰背段脊柱僵硬，脊柱側彎及屈、伸動作減弱，腰背部伴叩壓痛。其傷患特徵符合由鈍器或其類似物(交通意外)所致，若無任何合併症的話，估計共需 6 個月康復。亦或將留有長期腰背疼痛的後遺症，或間需接受對症藥物及物理治療。

2014 年 11 月 20 日鏡湖醫院對民事聲請人所作的 X 光檢查報告單之診斷意見顯示：1.頸椎退行性變；項韌帶局部鈣化；2.T12 壓縮程度與前相仿；3.胸椎輕度退行性變；腰椎輕度退行性變。於 2014 年 11 月 27 日，鏡湖醫院門診部 XXX 醫生針對民事聲請人作評估，其仍有腰背痛，右下肢麻木，診斷為 T12 椎體壓縮骨折，評定其永久傷殘率為 15%。

意外發生時，民事聲請人的年齡為 59 歲。

是次交通意外對民事聲請人造成痛楚，直接影響其生活及情緒，對其健康及身心造成傷害。”

25. 尤其值得考慮的是，是次交通意外之發生，直接地令民事聲請人第 12 胸椎椎體壓縮性骨折及腰部挫傷，使其成為留有腰背疼痛後遺症的長期病患者。

26. 於 2014 年 11 月 27 日，鏡湖醫院門診部 XXX 醫生評定民事聲

請人因是次交通意外遭受 15%之永久傷殘率(參見起訴狀附件 6，其內容在此視為全部轉錄)。

27. 以及載於卷宗第 278 頁由澳門衛生局為第民事聲請人所作出之醫學會診鑑定書同樣指出的：“所有會診委員會之醫生一致同意被鑑定人因 2014 年 04 月 08 日的一宗交通意外而導致其第 12 胸椎椎體壓縮性骨折及腰部挫傷，並留有脊柱僵硬及長期腰背疼痛的後遺症。

所有會診委員會之醫生一致同意被鑑定人在醫學上應被視為已痊癒，並留有長期腰背疼痛的後遺症，其或間需接受對症藥物及物理治療。所有會診委員會之醫生一致同意被鑑定人因 2014 年 04 月 08 日的一宗交通意外導致的傷殘應評定為 15%【根據澳門現行法令八月十四日第 40/95/M 號附件之工作意外及職業病無能力評估表：第 13 條 a)項 3)所示-第 12 胸椎椎體壓縮性骨折(0.15)】。”

28. 明顯地，原審法院在判定對民事聲請人之非財產損害賠償時應該考量上述兩份醫學鑑定報告中關於民事聲請人因是次交通意外而被評定因第 12 胸椎椎體壓縮性骨折而出現長期腰背疼痛的後遺症，且民事聲請人之傷殘率為 15%此一損害事實。
29. 上述傷害將終生陪伴著民事聲請人，以民事聲請人發生交通意外時為 59 歲而言，根據一般澳門居民最高工作年齡為 65 歲及一般女性預期壽命為 85.5 歲(參見起訴狀附件 16，此數據參照澳門統計暨普查局 2011-2036 澳門人口預測第 11-12 頁之內容)，民事聲請人可以繼續工作 5 年 8 個月及生活 26 年 2 個月，亦即是說，本案所導致身體上的痛楚與心理上的惶恐將伴隨及困擾著民事聲請人繼續工作 5 年 8 個月及生活 26 年 2 個月。

30. 基於一般澳門居民的 4 年 6 個月的工作收入即約澳門幣捌拾萬圓根本不能與聲請人上述如此長年期傷患痛楚困擾相對稱。
31. 故此，民事聲請人不能認同原審法院所作之非財產損害賠償之裁判。
32. 民事聲請人更不能認同民事聲請人請求法庭按衡平原則適當調低民事聲請人非財產損害賠償至不高於澳門幣 140,000.00 元之上訴依據。
33. 另外，值得一提的是，現在澳門的通脹率正值高企，隨著年月的流逝，定額貨幣只能不斷地貶值。
34. 為著對應高企的通脹率，支付事物的價格亦相應提高，比如第 8/2011 號法令就將輕型機動車輛的民事責任保險的最低金額由澳門幣壹佰萬元調升至澳門幣壹佰伍拾萬元。
35. 在本案中，支付民事聲請人非財產損害賠償其中一個目的是補償民事聲請人以及使民事聲請人盡可能忘卻基於本案所受的嚴重傷害，而且“並留有脊柱僵硬及長期腰背疼痛的後遺症”以及有 15% 的傷殘率是應獲得的證實，且這些傷害將困擾民事聲請人的餘生亦即如前所述的至少 20 至 30 多年，要面對長期的痛苦，所請求之非財產損害賠償僅為一名一般澳門居民 56 個月亦即 4 年 6 個月的工作收入亦未為過當。
36. 但從原審法院所裁判之非財產損害賠償僅為一名一般澳門居民 13.3 個月亦即 1 年 2 個月亦不足夠的工作收入而言，似乎原審法院針對民事聲請人的非財產損害賠償金額所作裁判並沒有考慮本澳的高企通脹率。
37. 因此，民事聲請人認為原審法院訂定為澳門幣 200,000.00 元的非財產損害賠償不符合《民法典》第 560 條之衡平原則之規定。

38. 考慮到上訴人所受的傷害程度及即將面對的通脹率，應改判上訴人獲得不低於澳門幣 800,000.00 元的非財產損害賠償。

綜上所述，請求中級法院法官閣下裁定本從屬上訴理由不成立，駁回本案上訴人 B 保險有限公司提出的所有理據。

並請求尊敬的中級法院法官閣下一如既往地作出公正裁決。

案件卷宗移送本院後，駐本院檢察院代表認為本上訴僅涉及民事賠償請求的問題，檢察院不具正當性就有關問題發表意見。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗。

二、 事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 2014 年 4 月 8 日早上約九時嫌犯駕駛 MG-XX-XX 號重型電單車沿友誼大橋往氹仔方向一側左車道旁的路緣行駛。
2. 在駛往氹仔途中，嫌犯未依交通規則以適當速度行駛並與前方路面同向行駛的 CM-XXXXXX 號輕型電單車保持足夠安全距離而無法及時將其所駕 MG-XX-XX 號電單車剎停，而直接導致該車頭撞上了 CM-XXXXXX 號電單車車尾。
3. CM-XXXXXX 號電單車駕駛員 A（被害人）因此失控而倒在地受傷，在被送至鏡湖醫院救治時，被診斷為第 12 胸椎椎體壓縮性骨折及腰部挫傷，需 6 個月時間康復。

4. 交通意外發生時正在下雨，交通暢通，路面濕滑。
5. 上述意外完全是由於嫌犯不遵守作為駕駛員應清楚知道的交通規章，違背應有之義務，未視乎路面情況適當控制車速並同前車保持足夠距離，以致無法停車避讓同向行駛的前車所造成，其行為直接導致他人身體完整性受到嚴重傷害。
6. 嫌犯清楚知道其行為是法律所禁止，會受到相應的制裁。
另外還證實如下事實：
7. 嫌犯在審訊聽證中完全及毫無保留地承認所有被歸責的事實。
8. 嫌犯聲稱是臨時建築工人，每月收入約為澳門幣 7000 至 8000 元。
9. 具有初中學歷程度，需供養母親。
10. 根據刑事紀錄證明，嫌犯是初犯。
11. 除證實了控訴書上述有關事實外，還證實了第 81 頁至第 87 頁之民事賠償請求所載之下列重要事實：
12. 是次意外的唯一過錯方屬嫌犯，其行為必然及直接地導致民事聲請人受到創傷。
13. 醫生檢查顯示民事聲請人 C4 右側肌肉壓痛，右肩胛骨壓痛，T10 壓痛、骶骨右側和右腎後面內側壓痛，椎體壓縮變扁，頸椎退變。
14. 民事聲請人入院後予卧床休息制動、營養神經、補鈣、止痛等對症治療。於 2014 年 4 月 11 日出院，後於 2014 年 4 月 24 日及 2014 年 5 月 8 日回門診覆診，當時需繼續門診跟進治療。
15. 於 2014 年 4 月 9 日，根據民事聲請人在鏡湖醫院所作 MRI 檢查報告單之診斷意見顯示：1. 第 12 胸椎輕度壓縮性骨折(陳舊性)，椎體上緣 Schmorl's 結節形成；第 11 胸椎椎體及椎弓根骨髓挫

傷;2.腰 5/骶 1 椎間盤輕度突出(後方略偏右);3.腰椎退行性變伴椎間盤變性;4.腰 2、腰 3 椎體終板炎。

16. 於 2014 年 6 月 5 日，鏡湖醫院針對民事聲請人胸椎 T12 椎體骨折作復查，醫院為其所作 X 光檢查報告單之診斷意見顯示:胸椎 T12 椎體輕度壓縮變扁，骨折線模糊。
17. 根據法醫於 2014 年 7 月 1 日所作的鑑定，民事聲請人尚未痊癒，腰背段脊柱僵硬，脊柱側彎及屈、伸動作減弱，腰背部伴叩壓痛。其傷患特徵符合由鈍器或其類似物(交通意外)所致，若無任何合併症的話，估計共需 6 個月康復。亦或將留有長期腰背疼痛的後遺症，或間需接受對症藥物及物理治療。
18. 2014 年 11 月 20 日鏡湖醫院對民事聲請人所作的 X 光檢查報告單之診斷意見顯示:1.頸椎退行性變;項韌帶局部鈣化;2.T12 壓縮性骨折，壓縮程度與前相仿;3.胸椎輕度退行性變;腰椎輕度退行性變。
19. 於 2014 年 11 月 27 日，鏡湖醫院門診部 XXX 醫生針對民事聲請人作評估，其仍有腰背痛，右下肢麻木，診斷為 T12 椎體壓縮骨折，評定其永久傷殘率為 15%。
20. 事故亦造成民事聲請人所駕駛之 CM-XXXXXX 號輕型電單車受損。
21. 因是次交通意外，民事聲請人花費了醫療費、藥物費、影像檢查費、化驗費、住院費等合共澳門幣 11,750.00 元。其後，民事聲請人就其胸椎及腰椎骨折及挫傷而分別到 XXX、XXX 醫務所、XXX 中西醫診療所、XXX 中西醫療中心繼續接受 XXX 西醫、XXX 西醫、XX 中醫、XXX 中醫及 XXX 中醫的治療，因而花費了醫療費及藥物費等合共澳門幣 26,355.00 元。而嫌犯 C

亦已為民事聲請人支付了上述部分的費用，金額為澳門幣 7,093.00 元。

22. 故此，民事聲請人因是次意外而遭受的財產損失實為澳門幣 31,012.00 元。
23. 意外發生時，民事聲請人於 XX 有限公司擔任冷氣機維修員，日薪為澳門幣 800.00 元。
24. 是次交通意外導致民事聲請人由 2014 年 4 月 8 日至 2014 年 11 月 27 日不能工作，因而喪失了澳門幣 159,200.00 元的工資。(6 個月 19 日 X 澳門幣 800 元/日)
25. 意外發生時，民事聲請人的年齡為 59 歲。
26. 是次交通意外使民事聲請人從 2015 年 5 月 6 日至 2019 年 12 月 22 日減少了 15%的工作能力，期間的薪金損失合共澳門幣 139,776.00 元。(澳門幣 800.00 元 X 26 日 X 56 個月 X 15% X 0.8)
27. 是次交通意外對民事聲請人造成痛楚，直接影響其生活及情緒，對其健康及身心造成傷害。
28. 事發當日，車牌編號 MG-XX-XX 號的重型電單車之民事責任已透過保單合同，編號為:0041000XXXXX 號轉嫁予民事被聲請人 B 保險有限公司，每宗事故至金額澳門幣 1,500,000.00 元。

第 260 頁至第 263 頁由民事被聲請人 B 保險有限公司所提交的答辯:

沒有任何重要事實須指出，茲因民事被聲請人僅對民事聲請人起訴狀分條縷述的事實提出爭執。

未被證實的事實：

控訴書:沒有，鑒於控訴書內全部重要事實已獲證實。

民事賠償請求:

載於民事賠償請求其餘與已證事實不符的重要事實，包括:

1. 民事聲請人仍無法自理生活。
2. 民事聲請人因背痛及腿部發痺，使其無法久坐、長時間站立、走路及側身卧床，需要家人長期照顧及每次外出須人陪同。其身體狀況根本不能再從事冷氣機維修的工作。
3. 民事聲請人再沒有其他不須用體力工作之技能。
4. 民事聲請人入住鏡湖醫院四日後，因無法適應醫院的病床使受傷的部位發痛而無法入睡，於是，便出院並於家中自行卧床休息。
5. 民事聲請人被猛烈撞擊導致身體嚴重受損，被送至鏡湖醫院救治時，全身多處疼痛及出現耳鳴長達1小時之久。
6. 民事聲請人無法彎腰下蹲、提取重物外，亦無法坐立、走路以及側身卧床超過十分鐘，而且，其作任何活動均需用手撐扶，使其生活無法自理。無法單獨外出，故每次出外接受治療時均需家人陪同，當背痛嚴重時，更需由家人背其上街看病。因出現背痛及腿部麻痺的症狀，令其每晚不能入睡。無法駕駛電單車。
7. 是次交通意外，令民事聲請人對於路面上的汽車存有陰影，不敢單獨外出，覺得不夠安全，使其心理上產生很大的恐懼。

第260頁至第263頁由民事被聲請人B保險有限公司所提交的答辯:沒有重要事實須指出。

三、法律方面

主上訴人 A 的上訴涉及下列問題：

- 非財產損害賠償

從屬上訴人 B 保險有限公司的上訴涉及下列問題：

- 長期無能力之財產損害賠償
- 收益損失賠償
- 非財產損害賠償

1. 民事請求人 A(主上訴人)認為原審法院判處的澳門幣二十萬圓的非財產損害賠償過低，應訂定其的非財產損害賠償為澳門幣八十萬圓。

《民法典》第 489 條所規定：

“一、在定出損害賠償時，應考慮非財產之損害，只要基於其嚴重性而應受法律保護者。

二、因受害人死亡，就非財產之損害之賠償請求權，由其未事實分居之配偶及子女、或由其未事實分居之配偶及其他直系血親卑親屬共同享有；如無上述親屬，則由與受害人有事實婚關係之人及受害人之父母、或由與受害人有事實婚關係之人及其他直系血親尊親屬共同享有；次之，由受害人之兄弟姊妹或替代其兄弟姊妹地位之甥姪享有。

三、損害賠償之金額，由法院按衡平原則定出，而在任何情況下，均須考慮第四百八十七條所指之情況；如屬受害人死亡之情況，不僅得考慮受害人所受之非財產損害，亦得考慮按上款之規定享有賠償請求權之人

所受之非財產損害。”

根據《民法典》第 489 條第 1 款的規定，在定出損害賠償時，應考慮非財產之損害，只要基於其嚴重性而應受法律保護者。

同時，《民法典》第 489 條第 3 款規定，損害賠償之金額，由法院按衡平原則定出，而在任何情況下，均須考慮第 487 條所指之情況；如屬受害人死亡之情況，不僅得考慮受害人所受之非財產損害，亦得考慮按上款之規定享有賠償請求權之人所受之非財產損害。

正如上述規定，損害賠償之金額，由法院按衡平原則定出。

經綜合衡量已證事實中種種相關情節，尤其是上訴人在 6 個月治療後仍留有長期腰背疼痛的後遺症，遭受 15% 的永久傷殘，考慮這種種令上訴人所遭受的傷害、痛苦及不便，並由此而引起的不適及恐懼，根據《民法典》第 489 條第 1 款及第 3 款的規定，本院認為原審法院對被害人所遭受的精神損害定出澳門幣二十萬圓的賠償金略低、應該定為澳門幣三十五萬圓較為適合。

故此，主上訴人(被害人)提出的上訴理由部分成立。

2. 民事被請求人 B 保險有限公司認為原審法院判處訂定澳門幣 139,776 圓的長期部分無能力之財產賠償過高，應訂定其的非財產損害賠償為澳門幣 75,600 圓。

根據已證事實：

“於 2014 年 11 月 27 日，鏡湖醫院門診部 XXX 醫生針對民事聲請人作評估，其仍有腰背痛，右下肢麻木，診斷為 T12 椎體壓縮骨折，評定其永久傷殘率為 15%。

...

意外發生時，民事聲請人於 XX 有限公司擔任冷氣機維修員，日薪為澳門幣 800.00 元。

是次交通意外導致民事聲請人由 2014 年 4 月 8 日至 2014 年 11 月 27 日不能工作，因而喪失了澳門幣 159,200.00 元的工資。(6 個月 19 日 X 澳門幣 800 元/日)

意外發生時，民事聲請人的年齡為 59 歲。

是次交通意外使民事聲請人從 2015 年 5 月 6 日至 2019 年 12 月 22 日減少了 15%的工作能力，期間的薪金損失合共澳門幣 139,776.00 元。(澳門幣 800.00 元 X 26 日 X 56 個月 X 15% X 0.8)。”

而原審法院裁定如下：

“因此，本合議庭認為民事被聲請人應向民事聲請人支付澳門幣 200,000.00 元作為精神損害賠償。

財產損失包括：藥費、醫療費、住院費及工作收入等合共為澳門幣 190,212.00 元。

而長期部分無能力賠償則為澳門幣 139,776.00 元。

合共，財產損害賠償、精神損害賠償及長期部分無能力賠償為澳門幣 529,988.00 元。”

關於確定了人體的部分永久傷殘率（IPP）之後不管其傷殘評定的因由為何，這種被稱之為“生物實質損害”可以獨立得到賠償，甚至從精神損

害的賠償法律依據得到賠償的肯定後，放進物質損害賠償一類計算之。

這種主張在 2007 年 2 月 8 日在第 9/2006 號上訴案作出了裁判。而終審法院在因此案而對上訴作出審理的時候維持了這種理解，並確認了：“因長期部分或全部無能力而喪失收入能力是可賠償的，即使受害人仍保持受傷前所獲取的薪酬亦然”的司法見解。³

受害人在遭受傷殘時已遭受了損失，不是將來的損失，而是現行的損失。受害人自其受傷後其收入能力即減低，其將來之無能力被界定為 15%，這屬於一項現在的損失，而非將來的。如果受害人因其無能力而變為獲取一項低於現行之薪酬或不能獲取任何工作酬勞的話，那差異部分的工作收益可以構成將來之損失。收入的喪失是一項將來之損失，但收入能力的喪失則是一項已受到並且是現存和可查證的損失。因此，這是一項已確認的損失，不是一項將失去的收益。

受害人有權得到這部分收入能力喪失的賠償，且應歸類於物質損害賠償。

然而，由於人的肢體本身不能簡單以金錢評定價值，需要根據案中實際情況，按衡平原則裁定。

於 1954 年 12 月 22 日出生的受害人，在交通意外發生(2014 年 4 月 8 日)時 59 歲。

預計被害人可工作至 65 歲，即是到 2019 年 12 月 22 日。

故此，是次交通意外使民事聲請人從 2015 年 5 月 6 日至 2019 年 12 月 22 日(共 4 年 7 個月 16 日，即 1666 日)減少了 15%的工作能力，期間的

³同樣裁決，可參看 2015 年 5 月 21 日中級法院第 518/2014 判決。

薪金損失應為澳門幣 199,920.00 元。(澳門幣 800.00 元 X 1666 日 X 15%)，而由於一次性收取，則作一折算，並以該金額的 80%計算，為澳門幣 159,936 圓。

然而，由於被害人沒有就這部分賠償提出上訴，本院維持原審法院訂定長期部分無能力賠償澳門幣 139,776 圓。

上訴人保險公司提出的上述上訴理由並不成立。

3. 民事被請求人 B 保險有限公司認為原審法院判處訂定澳門幣 159,200 圓的工資損失收入賠償過高。

《民法典》第 556 條規定：

“對一項損害有義務彌補之人，應恢復假使未發生引致彌補之事件即應有之狀況。”

《民法典》第 558 條規定：

“一、損害賠償義務之範圍不僅包括侵害所造成之損失，亦包括受害人因受侵害而喪失之利益。

二、在定出損害賠償時，只要可預見將來之損害，法院亦得考慮之；如將來之損害不可確定，則須留待以後方就有關損害賠償作出決定。”

根據已證事實：

“根據法醫於 2014 年 7 月 1 日所作的鑑定，民事聲請人尚未痊癒，腰背段脊柱僵硬，脊柱側彎及屈、伸動作減弱，腰背部伴叩壓痛。其傷患特

徵符合由鈍器或其類似物(交通意外)所致，若無任何合併症的話，估計共需 6 個月康復。亦或將留有長期腰背疼痛的後遺症，或間需接受對症藥物及物理治療。

...

意外發生時，民事聲請人於 XX 有限公司擔任冷氣機維修員，日薪為澳門幣 800.00 元。

是次交通意外導致民事聲請人由 2014 年 4 月 8 日至 2014 年 11 月 27 日不能工作，因而喪失了澳門幣 159,200.00 元的工資。(6 個月 19 日 X 澳門幣 800 元/日)”

首先，原審法院根據卷宗所附文件，尤其是第 223 頁被害人僱主的聲明，以及相關證人證言而認定被害人的薪金及因傷而損失的工資金額，有關認定並沒有任何錯誤。

本案中，由於有充足的事實支持有關的工資損失，原審法院判處相關的賠償並沒有任何錯誤。

因此，上訴人保險公司提出的上述上訴理由並不成立。

4. 民事被請求人亦認為原審法院判處的澳門幣二十萬圓的非財產損害賠償過高，應訂定其的非財產損害賠償為澳門幣十四萬圓。

就非財產損害賠償金額的問題，本院在此重覆本裁判書第 1 點所作的理據及決定。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定主上訴人 A 的上訴理由部分成立。從屬上訴人 B 保險有限公司的上訴理由不成立。

合議庭裁定對被害人所遭受的精神損害賠償定為澳門幣 350,000 圓。
維持原審其餘裁決。

判處主上訴人繳付 2 個計算單位之司法費，以及三分之一上訴的訴訟費用。

及從屬上訴人繳付 6 個計算單位之司法費，以及三分之二上訴的訴訟費用。

著令通知。

2018 年 4 月 19 日

譚曉華 (裁判書製作人)

蔡武彬 (第一助審法官)

司徒民正 (第二助審法官)